

Ruínas, tecnologia e atores na construção da rede das Aldeias Históricas de Portugal

Gregório, M^a. J.¹, Brito-Henriques², E., Sarmiento, J.³

(1) (3) Departamento de Geografia, Universidade do Minho & CEG, Universidade de Lisboa, majocg7@hotmail.com

(2) CEG, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Lisboa, eduardo@campus.ul.pt

Resumo

O Programa das Aldeias Históricas é, em Portugal, um dos mais reconhecidos exemplos de intervenção integrada de desenvolvimento do interior baseado na valorização dos recursos patrimoniais. Aparentemente, a sua finalidade é recuperar o património e, a partir dele, encontrar condições de futuro para lugares que foram abandonados. O objetivo deste artigo é mostrar, usando a Teoria do Ator-Rede como método de análise e quadro teórico, que a ruína, longe de ser o inimigo que se pretende erradicar, é um elemento fundamental na implementação do Programa, que interage com os humanos e a tecnologia – na forma de máquinas, cabos e fios, estruturas de engenharia, e papel impresso – em todo este processo.

Palavras Chave: Rede, Aldeias Históricas de Portugal, Inovações Tecnológicas, Ruína.

1. Enquadramento

O programa das Aldeias Históricas de Portugal, criado em 1994, é muitas vezes referenciado como ‘boa prática’ no desenvolvimento integrado de territórios rurais em perda, (i) por privilegiar a valorização do património cultural como instrumento principal dessa estratégia, (ii) e por assentar numa lógica de funcionamento colaborativo, em parceria, onde o conceito de ‘rede’ é fundamental. Ainda que já considerado aquando da elaboração do Plano Nacional do Turismo 1985-1989, iniciou-se em 1994, com o II Quadro Comunitário de Apoio (QCAII 1994-1999). Integram o referido programa desde a sua fundação as aldeias de Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva, Monsanto, Piódão e Sortelha, às quais se juntaram, em 2003, Sabugal e Trancoso. Talvez a grande marca impressa por este programa seja a transversalidade no qual assentou, baseada numa parceria vertical, multinível, envolvendo diversas estruturas e organismos hierarquicamente distintos e, simultaneamente, e numa parceria horizontal, de cariz intermunicipal, para além de integrar atores individuais e associações locais. O processo de maturação deste Programa viria posteriormente a dar origem à criação, no ano de 2007, de uma associação - Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal. Descritas como "exemplos simbólicos daquilo que são as nossas mais profundas e remotas raízes aldeãs" (Lousada, 2008, p. 143), as aldeias selecionadas para integrarem o Programa das Aldeias Históricas de Portugal (PAHP) comungam do facto de serem pequenos aglomerados onde a presença de elementos históricos e as características da ruralidade aparentemente se perpetuam no tempo, e onde os

efeitos da interioridade se refletem numa população cada vez mais reduzida e envelhecida a par do edificado cada vez mais degradado como sinónimo do abandono a que foi dotado.

Na sua génese o AHP pretendia “combater os efeitos da degradação e desertificação do interior de Portugal, contribuindo para a reafirmação da sua identidade, reforço da autoestima das populações e valorização das aldeias no país e no estrangeiro, tornando-as quer locais visitáveis, quer lugares habitáveis, o que implica a sua dinamização cultural e socioeconómica” (Santos, 2005, p. 29). Era pretensão do Programa, tal como refere Ferreira (2011, p. 7), “contrariar o despovoamento que atingia e ainda atinge grande parte do interior rural do país” através de um conjunto de atividades que criassem emprego e melhorassem as condições económicas e sociais dos seus habitantes, e, simultaneamente, diversificassem a oferta turística, através da promoção do património construído local – algum classificado como Monumento Nacional – cuja degradação era evidente, e que, portanto, se considerava urgente recuperar. Não obstante esta ambição mais alargada, o PAHP centrou-se primordialmente na intervenção física sobre o edificado, tendo em vista a recuperação destes pequenos núcleos enquanto conjuntos simbólicos e materiais, valorizando os seus edifícios, monumentos, largos e praças (Paulo, 2009, p. 26). Assim, foram desenvolvidos, numa primeira fase, planos de intervenção de obras públicas que incluíram a beneficiação das acessibilidades, embelezamento e arranjo urbanístico dos espaços públicos, e beneficiação e restauro de património arquitetónico, nomeadamente igrejas e ruínas de castelos, panos de muralhas, palácios e solares (Santos, 2005). Pode dizer-se, portanto, que sobretudo num primeiro período coincidente com os QCA II e III (entre 1995 e 2006), a recuperação das Aldeias Históricas pautou-se por um conjunto de intervenções de carácter essencialmente infraestrutural e estrutural – realização de obras que metamorfosearam profundamente os lugares, conferindo-lhes uma aparência pseudo-arcaizante e neorruralista, conforme à imagem de um ‘mundo rural idílico’. Estas ações de cariz material, sobretudo as que procederam de medidas como a beneficiação e restauro de ruínas, ou a introdução de elementos tecnológicos, tantas vezes quase despercebidos, seja pelas opções concretas de design que foram tomadas na sua conceção e implementação, seja também pelo facto de se terem tornado comuns e omnipresentes nos espaços urbanos modernos – iluminação pública das ruas e construções, redes de água e saneamento, fibra ótica, mobiliário urbano, etc. – contribuíram para uma nova relação entre os residentes, os visitantes e turistas, e os lugares. Como referimos, o PAHP tem sido ao longo destes quase 20 anos que leva em marcha, sempre justificado técnica e politicamente como um projeto contra o abandono do Interior rural e a decorrente decadência das suas estruturas físicas, económicas e socioculturais. Promover a recuperação e contrariar o arruinamento parecem ser as ideias chave deste programa de política. O objetivo deste artigo é mostrar, usando a Teoria do Ator-Rede (ANT, do inglês Actor-Network Theory) como método de análise e quadro teórico, que a ruína, longe de ser o inimigo que se pretende erradicar, é um elemento fundamental da rede das Aldeias Históricas, que interage com os humanos e a

tecnologia, e joga em todo este esforço de revitalização dos aglomerados rurais que integram o programa um papel fundamental. A ANT) é útil neste exercício porquanto propõe uma nova abordagem das relações sociais que coloca a ênfase não nos atores, ou seja, nos nós, mas na rede, isto é, nos fluxos e interações que entre eles se estabelecem (denominadas pela ANT como ‘traduções’ ou ‘transladações’). A ANT defende ainda que a sociedade e as redes que a formam são compostas por relações e associações heterogêneas entre os diversos tipos de intervenientes no mundo sociotécnico, sejam elementos humanos ou não-humanos, isto é, quer se tratem de pessoas, outros seres vivos, tecnologia ou objetos (Law, 1992). É essa consideração dos elementos não-humanos como parte constituinte de qualquer rede que torna a ANT especialmente útil na análise que vamos realizar.

2. Dicotomia da ruína: a sublimação da decadência como recurso endógeno do território

As ruínas são um produto socionatural, que resulta da ação combinada das sociedades, nas suas opções de investimento e desinvestimento, e dos agentes naturais – meteorológicos e biológicos – ao intervirem sobre os elementos da cultura material. Uma vez são estes últimos que espoletam os processos de arruinamento, como sucede nas catástrofes naturais. Outras vezes, são as sociedades que optam por interromper os fluxos de investimento em determinados espaços, abrindo com isso caminho à degradação das estruturas sociotécnicas por ação dos agentes naturais. O primeiro tipo de arruinamento produz aquilo que DeSilvey e Edensor (2012, p. 2) chamam de ‘ruínas rápidas’ – que também podem resultar de acidentes tecnológicos ou de convulsões sociais e guerras – e o segundo produz normalmente ‘ruínas lentas’. Embora todas as sociedades tenham as suas dinâmicas de abandonos e arruinamentos, a taxa de produção de ruínas acelerou-se drasticamente com a sociedade capitalista, e muito em especial no século 20, como refere Edensor (2005, p.10). Em resposta às crises cíclicas de acumulação, o capital migra incessantemente na busca de mercadorias mais lucrativas, mercados novos e de custos de produção mais baratos, de modo que, ao mesmo tempo que o capitalismo se expande e coloniza novos territórios, vai deixando para trás, como contraponto, um rasto de abandonos e ruínas. A aceleração da circulação do capital nas últimas décadas intensificou este processo de arruinamento e levou inclusive à produção de novas formas de ruínas modernas (ver, p. ex., Martin 2014).

Sendo o arruinamento indissociável das sociedades capitalistas modernas, estas tiveram de encontrar formas de viver com a ruína. Existem várias formas não exclusivas de lidar com ruínas. Num extremo encontra-se a estratégia de demolir as estruturas que restam, eliminando a ruína (ver Steimetz 2010). Porém, em muitos casos, dada a natureza patrimonial das ruínas, este não é um caminho possível. No outro extremo verifica-se uma reconstrução completa da

ruína, o que na verdade também significa o fim da mesma. Uma outra abordagem possível consiste em deixar continuar o tempo passar, mas normalmente esta não é uma estratégia intencional, e sim fruto de desinteresse e negligência. Por fim, temos as estratégias deliberadas de não intervenção na ruína, apoiadas em tecnologias preservacionistas e conservacionistas, que mantêm as marcas do tempo, não entrando em processos de rejuvenescimento.

Os aglomerados que integram a rede das Aldeias Históricas, embora contendo estruturas arruinadas de diversas épocas e devido a processos variados, correspondem genericamente a 'ruínas lentas', produzidas em consequência da marginalização destes territórios pelo capitalismo industrial. Alguns destes núcleos, como Sortelha, foram quase integralmente abandonados, caindo num estado de arruinamento generalizado. Outros – de maior dimensão, como Trancoso, Belmonte ou Almeida – permaneceram habitados e mantiveram funções económicas e administrativas, mas caíram num estado letárgico e a ruína está bastante presente na paisagem. É inegável que em todos os núcleos 'rurais' considerados para o PAHP houve, de forma mais subtil ou mais vincada, uma preocupação em realçar a ruína e o que ela simboliza para cada um destes lugares. Se por um lado as operações nas 'aldeias' do PAHP pretendiam colmatar lacunas no que respeita a infraestruturas básicas, por outro era seu propósito tornar estes espaços mais apelativos para o turismo. Como tal, as intervenções respeitantes ao 'aspeto visual' versaram sobretudo o tratamento da ruína. Exemplo em que a presença da ruína é inequívoca e a tentativa de a sublimar é o núcleo de Sortelha, onde as intervenções operadas na aldeia foram todas realizadas tendo como finalidade a criação de um cenário, através do *light design*, cujo objetivo foi a criação de um espaço imaginado, de um mundo rural idealizado. Pode, pois, aplicar-se aqui o conceito de encenação, uma vez que para além da recuperação dos edifícios houve uma grande aposta na criação de um ambiente cénico através da iluminação: com efeito, "A luz artificial faz da sombra uma parte real, para dela libertar figuras sem rugas, formas nunca percebidas, topografias desconhecidas. Artifício cujo defeito, não negligenciável, é o de suprir o peso da arquitetura: revela-lhe uma outra dimensão, poética ou transcendente" (Choay, 2008, p. 230). A estas ruínas juntou-se assim, em muitos casos, uma componente tecnológica, que inclui a dimensão invisível da rede elétrica, com vista à sublimação e valorização das mesmas, e que também procura criar cenários que enaltecem os edifícios ou os espaços públicos (ver Sarmiento e Costa 2011 a propósito de uma possível intervenção em Trancoso).

Para além da iluminação, outros elementos tecnológicos foram introduzidos como tentativas de alteração estética da ruína e da sua experiência. Em Linhares da Beira e em Trancoso, foram implantados miradouros virtuais. O equipamento apresenta informações sobre a paisagem envolvente e permite aos visitantes tirar fotografias temáticas capazes de os transportar ao passado com cenários alusivos ao século XVI, propiciando uma experiência de realidade

aumentada. Em Monsanto, Castelo Novo ou Idanha-a-Velha, procedeu-se à implementação de passadiços e outras estruturas de circulação que permitem uma outra perspetiva sobre as construções/monumentos/edificações, sempre com a finalidade de esteticizar as ruínas que as envolvem. Assim, com base no que dissemos, pode concluir-se que as intervenções nas Aldeias Históricas, mais do que corresponderem a um processo de ‘desruinamento’ destes territórios rurais, como se sugere na apresentação do Programa, envolveram sim uma ressignificação e refuncionalização da ruína.

É errado ver as ruínas como espaços inúteis e sem qualquer função social. Exemplo muito claro disso é a aldeia de Marialva, "constituída por três núcleos distintos: a Cidadela ou Vila no interior do Castelo, agora despovoada, o Arrabalde que prolonga a Vila para além da zona muralhada e a Devesa, situada a sul da Cidadela, que se estende pela planície até à ribeira de Marialva, e assenta sobre a antiga cidade romana" (Ferreira, 2011, p. 131). As ruínas da Cidadela são, segundo referem DeSilvey e Edensor (2012, p.2), 'ruínas lentas', em que o passar do tempo e a evolução do território deixaram marcas irreparáveis no território. No conjunto de Marialva, podemos identificar como dois tipos de intervenção distintas: a manutenção da ruína no espaço intra-muros e a tentativa de 'desruinamento' no arrabalde da antiga vila. Talvez este caso seja o mais particular de todas as intervenções, possivelmente decorrente da configuração espacial da aldeia, pelo jogo entre o real e o imaginário, pelo presente reconstruído e pelo passado arruinado: se para chegar ao castelo o visitante cruza um espaço reconvertido, ao cruzar as portas da muralha, depara-se com o que o tempo poupou da antiga vila medieval, fragmentos de um lugar marcante na consolidação da nacionalidade cuja memória não consegue ser perpetuada sem a ajuda das brochuras em papel que ajudam a decifrar o que foram no passado as construções de que sobrevivem hoje apenas muros de pedra colonizados pela vegetação. É ainda importante referir que Marialva constitui, para além do já mencionado, um caso de estudo interessante pelo facto de, atualmente, ser através da iniciativa privada que as mais marcantes alterações e reabilitações do edificado se têm vindo a registar. Para além da reabilitação de alguns edifícios de traça mais tradicional, foram construídos edifícios de arquitetura moderna vocacionados para o turismo, que introduzem uma imagem mais dinâmica e contemporânea a este lugar onde a história se faz presente e o presente se mescla com os vestígios da história e têm conseguido atrair um vasto número de turistas.

3. Conclusão

As intervenções realizadas nas ruínas de castelos e muralhas e em antigos edifícios com valor patrimonial das Aldeias Históricas constituíram um elemento fulcral da estratégia de desenvolvimento destes locais. As ruínas podem considerar-se assim como um dos atores mais dinâmicos da rede, sendo que usamos aqui o conceito de rede não apenas para designar o

conjunto das Aldeias Históricas que integram o Programa, mas também no sentido que lhe atribui a ANT. Depois, aliado às ruínas, apareceu, como dissemos, um novo conjunto de elementos tecnológicos que, ao invés de se afirmarem como invasores e dissonantes no espaço envolvente, foram pensados e desenvolvidos em prol da valorização destas mesmas ruínas, para com elas coexistirem e dialogarem, o que permitiu que se gerassem entre uns e outros ‘transladações’ que dão uma nova coerência ao conjunto. É precisamente quando estes elementos se relacionam que o pressuposto da ‘transladação’, segundo o ponto de vista da ANT faz sentido: "relation that does not transport causality but induces two mediators into coexisting" (Latour, 2005, p. 108). Assim, tendo por base o conceito de rede e de atores desenvolvido pela ANT, podemos pois afirmar que, quer as ruínas, quer os elementos tecnológicos mencionados, são nesta rede atores preponderantes para a interpretação do território, uma vez que é precisamente pela introdução destes novos elementos que melhor se entende a duplicidade da ruína – que da degradação passa à sublimação e exaltação – como forma máxima de promoção do território.

5. Bibliografia

- Choay, F. (2008). *Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- DeSilvey, C., Edensor, T. (2012). Reckoning with ruins. *Progress in Human Geography*, 37 (4), pp. 465-485.
- Edensor, T. (2005). *Industrial Ruins: Spaces, Aesthetics and Materiality*. Oxford & New York: Berg.
- Ferreira, P. N. (2011). *Programa de recuperação das Aldeias Históricas de Portugal - Um balanço*. Coimbra: Dissertação de Mestrado. Departamento de Arquitetura Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra .
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social - an introduction to actor-network theory*. New York: Oxford University Press Inc.
- Law, J. (1992). *Notes on the theory of the actor network: ordering, strategy and heterogeneity*. *Systems Practice*, 5, pp. 379-393.
- Lousada, M. A. (2008). Antigas vilas, aldeias velhas, novas aldeias - a paradoxal identidade das Aldeias Históricas de Portugal. *Actas I Seminário Turismo e Planeamento do Território* (pp. 143-174). Lisboa: CEG, Universidade de Lisboa.
- Martin, D. (2014). Introduction: Towards a Political Understanding of New Ruins. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38 (3), pp. 1037-46.
- Paulo, L. M. (2009). *A reabilitação do património como factor de desenvolvimento local: o modelo de aldeia sustentável*. Tese de doutoramento. Lisboa: FAUL.
- Santos, M. (2005). *Contribuições para a formulação de políticas no horizonte 2013 relativas ao tema cultura, identidade e património - Relatório Final*. Lisboa: ICS-UL e Observatório das Actividades Culturais.
- Steinmetz, G. (2008) Harrowed landscapes: white ruingazers in Namibia and Detroit and the cultivation of memory. *Visual Studies*, 23 (3), pp. 211-237
- Sarmiento, J & Costa, M. J. (2011) A percepção da mudança: o Centro histórico de Trancoso. *Actas do VII Congresso da Geografia Portuguesa*, 26-28 Novembro, Coimbra, Portugal, pp. 227-235.
- Tomé, M. (2002). *Património e Restuaro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP.